REFLEXÃO

O MOMENTO EXIGE PROTAGONISMO



MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

NAS ÚLTIMAS duas semanas, o governo brasileiro recebeu várias cartas e manifestos de empresários pedindo por mudanças na política ambiental no Brasil. Uma delas, encabeçada pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura – movimento que compreende mais de 280 organizações –, pede metas mais ambiciosas ao Governo.

Entre as medidas solicitadas, estão: a retomada e a intensificação da fiscalização das terras do País; a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para saber quais terras são legais ou não, especialmente em áreas públicas; a concessão de financiamentos somente sob critérios socioambientais; e transparência quanto à supressão da vegetação.

Essas medidas, por si só, já trariam grandes mudanças, inclusive para a imagem do Brasil no exterior. Mais do que isso, ajudariam o País a retomar o seu papel de protagonista na discussão ambiental, algo que não acontece há algum tempo. O que chama a atenção é que todos os pontos indicados nessa carta fazem parte do arcabouço legal nacional, ou seja, não se trata de inventar a roda, mas de se fazer cumprir a lei, assumindo a condição de querer um país legal.

Com a aproximação da Conferência da Terra (Earth Summit), convocado pelo novo governo americano (que convidou as quarenta principais economias do mundo), o governo brasileiro fica ainda mais pressionado a agir, pois a falta de ambição do País nesses últimos anos implodiu o histórico protagonismo que tinha nessa área. Chegaremos a esse encontro com a obrigação de prestar contas, em vez de cobrar por ações efetivas dos países desenvolvidos, pois nos faltou conhecimento estratégico.

O Brasil está em um momento decisivo e pode reverter os recentes equívocos. O mundo continua com os olhos voltados para a Floresta Amazônica. As queimadas e o desmatamento ilegal registrados nos últimos anos fizeram um estrago muito grande na imagem do País, prejudicaram e continuam prejudicando o nosso agronegócio, que nada tem a ver com essas ações criminosas, penalizando o setor mais competitivo que temos e que é fundamental para quem enfrenta uma pandemia sem precedentes na história.

Uma prova da nossa falta de estratégias de ação para proteger a imagem do Brasil, das marcas e dos produtos brasileiros no exterior foi dada com a proposta ao governo de Joe Biden de reduzir em 40% o desmatamento ilegal em apenas um ano caso recebêssemos um valor irrisório em relação ao que vale o ativo ambiental do Brasil. Se é tão fácil, por que não fizemos antes?

O problema é que consumidores do mundo inteiro aceitam essa narrativa de que o Brasil é um país que desmata e incendeia florestas, desconsiderando os esforços que o agronegócio brasileiro tem feito, ao longo de décadas, para aumentar a sua produtividade por hectare plantado, usando muita tecnologia e inovação. Ao simplificar um problema tão sério e tão difícil de ser atacado como as ações ilegais que culminam no desmatamento ilegal, apenas confirmamos a nossa inação.

Qual será a nossa posição na Conferência da Terra (Earth Summit) e na 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês)? Vamos como protagonistas ou coadjuvantes? Afinal, consumo e comércio são mais do que uma decisão individual; são uma prática social, e isso também vale para visões políticas, econômicas e ambientais. Quando esta edição da ***Agroanalysis*** estiver nas suas mãos, já teremos os resultados da reunião americana. Espero que já tenhamos recebido resultados palpáveis e notícias alvissareiras ao País. ■

O mundo desconsidera os esforços que o agronegócio brasileiro tem feito para aumentar a sua produtividade.